

MARGEM EQUATORIAL

Silveira: atraso prejudica transição

Para ministro, a demora na análise do pedido da Petrobras pelo Ibama impede o país de aproveitar o potencial da região

» RAFAELA GONÇALVES

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou, ontem, que o atraso no processo de licenciamento ambiental para exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial, na bacia da Foz do Amazonas, tem dificultado o avanço da transição energética no Brasil. Ele voltou a criticar a demora na análise do pedido da Petrobras pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Segundo Silveira, esse impasse tem impedido o país de aproveitar o potencial da região. “Nós compreendemos que o atraso do Ibama na emissão desse licenciamento para pesquisa da margem natural atrasa, inclusive, a transição energética. Porque nós temos, naquela região, um petróleo descarbonizado, mais leve do que é ofertado hoje ao mundo”, disse durante o evento Gás Week 2025, realizado em Brasília, voltado ao setor de gás natural.

A exploração da região é vista como contraditória, devido ao potencial impacto ambiental. A Petrobras considera a Margem Equatorial uma importante fronteira offshore para a produção de petróleo, com um potencial de mais de 30 bilhões de barris.

A empresários do setor, Silveira enfatizou que o “petróleo não é uma questão de oferta, é uma questão de demanda”. “Enquanto o mundo demandar, alguém vai ofertar”, destacou. “E não vai ser o povo brasileiro que vai deixar de ofertar o petróleo mais descarbonizado, já que tem tanta

Tauan Alencar



Alexandre Silveira cobrou uma agenda regulatória para destravar os avanços no setor de gás brasileiro

expertise, na segurança, tanto de pesquisa quanto de exploração, que vai pagar essa conta”, completou.

ANP na mira

O ministro de Minas e Energia também criticou a atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e cobrou uma agenda regulatória para destravar os avanços no setor de gás brasileiro. “Muitas vezes, infelizmente, não cumprem o seu papel de ficarem restritos a regular e cumprirem com a velocidade necessária a implementação dessas políticas”, disse.

Silveira afirmou que o governo do presidente Lula já demandou muitas políticas públicas a serem implementadas pela ANP, a fim de reduzir o preço do gás, que ainda não avançaram. “É imprescindível que a ANP cumpra seu papel. A falta de regulação, por parte da agência, quanto ao método de cálculo dos preços da infraestrutura de escoamento e processamento encoraja a Petrobras a fixá-los como bem entende. Cabe à agência, portanto, impor preços justos e adequados para o sistema”, afirmou.

Um relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que avalia os quatro anos da aprovação da Nova Lei do Gás, aponta

que a falta de regulamentação efetiva, os sucessivos atrasos na agenda da ANP e a concentração da comercialização na Petrobras continuam sendo barreiras para a concorrência e a redução dos preços do gás natural no país.

No documento, de 86 páginas, a confederação aponta desafios de regulamentação no setor, entre eles, “regulamentação pendente e atrasos na ANP”. De acordo com a CNI, de 15 temas, apenas três foram concluídos. Em resposta, a agência reguladora reconheceu que a “carência de pessoal e cortes orçamentários” causam impactos negativos à regulamentação, sancionada em 2021.

Preço de combustível pode cair

A queda recente na cotação do petróleo no mercado internacional abre possibilidade de um corte no preço dos combustíveis por parte da Petrobras, conforme avaliou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. O preço do barril do petróleo do tipo Brent, usado como padrão internacional, saiu do patamar de US\$ 70 por barril, na última semana, para US\$ 62,33 nesta terça-feira.

Levantamento divulgado pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) apontou que o preço praticado pela Petrobras está a R\$ 0,12 da paridade no caso da gasolina e R\$ 0,13 no diesel. “Considerando o preço do (petróleo) Brent desta semana, naturalmente temos um preço que tem todas as condições de ser reduzido”, disse Silveira a jornalistas após sua participação no Gás Week, evento realizado em Brasília, voltado ao setor de gás natural.

O ministro atribuiu o movimento às medidas protecionistas anunciadas pelo presidente norte-americano, Donald Trump. “É importante dizer que o preço que está refletido essa semana no Brent leva muito em consideração as loucuras cometidas pelo presidente dos Estados Unidos, que a gente respeita, desde que ele se atenha à governança do seu país. Agora, o que ele está criando realmente é uma instabilidade global que,

com certeza, pode deixar consequências”, avaliou.

Devido à conjuntura econômica instável, o ministro defendeu uma melhor análise da Petrobras sobre o preço dos combustíveis, assim que os valores estejam estabilizados. “Tenho certeza, a presidente da Petrobras, a companheira Magda (Chambriard), é muito diligente, muito responsável. É uma pessoa serena, equilibrada, uma pessoa que compreende bem a importância de se equilibrar entre os interesses nacionais e interesses dos acionistas”, afirmou.

Efeito Trump

Para André Passos Cordeiro, coordenador-geral do Fórum do Gás, os efeitos da taxação de Trump no setor ainda são incertos. “Com certeza, aumenta a volatilidade e a incerteza sobre o gás natural do mundo. E o Brasil, como um produtor e um detentor de grandes reservas de gás natural, não pode ficar dependente do mercado de GNL (Gás Natural Liquefeito) no mundo”, afirmou.

Quatro anos após a aprovação da Nova Lei do Gás, o setor considera que a abertura do mercado brasileiro ainda não se concretizou como esperado. “Temos que, definitivamente, criar as condições para uma oferta suficiente e para um preço de gás natural competitivo para a indústria brasileira no nosso país”, acrescentou Cordeiro.

Sancionada em 2021, a Lei do Gás trata do transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural no país.

MINERAÇÃO

Amig agora é Amig Brasil

» ALICIA BERNARDES*

A Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig) oficializou ontem, durante sua 59ª Assembleia Geral, a nacionalização da entidade, que agora passa a se chamar AMIG Brasil. O evento, realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, marcou, também, a posse da nova diretoria e o lançamento de uma campanha que denuncia cerca de R\$ 20 bilhões em sonegação na Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), apurados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O presidente eleito da Amig Brasil, Marco Antônio Lage, prefeito de Itabira (MG), ressaltou que a mudança no nome representa mais do que uma atualização formal. “Agora somos uma associação de abrangência nacional, com presença constante em Brasília, para discutir os grandes temas da mineração sustentável no Brasil”, afirmou.

Ele destacou como prioridades da nova gestão a reestruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM), a atualização do Código Mineral e o fortalecimento da fiscalização. “A ANM está sucateada. Recebe apenas 1% da receita do setor e não consegue exercer seu papel regulador. Isso precisa mudar”, criticou.

A campanha, recém-lançada pela entidade, denuncia a omissão fiscal de grandes mineradoras, alertando para a urgência de um novo modelo de governança da mineração no país. Para Waldir Salvador, ex-prefeito de Itabirito e conselheiro da Amig, a falta de estrutura da ANM está na raiz de problemas graves. “É por falta de uma agência estruturada que vemos tragédias como as de Brumadinho e Mariana e uma ausência total de transparência por parte das mineradoras. A dívida bilionária apontada pelo TCU é mais uma prova de que a mineração segue desregulada”, afirmou. Ele se referia aos dois maiores acidentes

Edesio Ferreira/EM/D.A Press



Amig quer fortalecer a ANM, para evitar acidentes como o de Brumadinho

ambientais do país, ocorridos em mineradoras, ambas localizadas em Minas Gerais: na cidade de Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019.

Salvador também alertou para os impactos diretos da reforma tributária recém-aprovada no Congresso. Segundo ele, a nova lógica de repartição dos tributos, que passa a priorizar o critério populacional, prejudica fortemente os municípios mineradores. “A reforma é boa para o país, mas é perversa com as cidades que mais produzem. Temos municípios com altíssima produção mineral e pouca população. Eles vão perder até 20% da arrecadação. Isso é dramático”, lamentou. Ele citou o apoio do senador Jader Barbalho (MDB-PA) como fundamental para tentar reverter essas perdas no Senado.

Novo modelo

Na contramão dessa crítica, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) defendeu a reforma como uma oportunidade de transição para um novo modelo de desenvolvimento nos municípios mineradores. “Preservamos a arrecadação e

criamos um período de transição de 50 anos. É tempo suficiente para essas cidades investirem em novas matrizes econômicas e saírem da dependência exclusiva da mineração”, argumentou o parlamentar.

Lopes também defendeu a modernização da atividade, com incentivos ao chamado “minério verde” e mais justiça na repartição dos lucros da mineração.

Com a nacionalização da Amig, a entidade pretende ampliar sua atuação política e técnica em Brasília, defendendo os interesses dos municípios mineradores em pautas legislativas e junto ao Executivo federal. A missão, segundo Marco Lage, é clara: “Garantir que a riqueza gerada debaixo da terra se transforme em qualidade de vida para quem vive sobre ela”.

Também integram a diretoria da Amig Brasil os prefeitos Nozinho, de São Gonçalo do Rio Abaixo e Augusto Henrique da Silva, de Rio Piracicaba, que é, ainda, presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (Amepe).

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula